



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpv.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

Ata da *trigésima terceira Sessão Ordinária* do ano de dois mil e dezessete, realizada em vinte e dois de junho, às dezenove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde, onde se fizeram presentes sob a *Presidência* do senhor vereador **Alexandre Almeida Dias**, os senhores vereadores: **José Raimundo de Jesus Sousa (Vice-Presidente)**, **Edson de Jesus Reis Santos (Primeiro Secretário)**, **Jaci Silvino de Sousa**, **João Ramalho Barreto Conceição**, **Josefa Délia Félix dos Reis**, **Rivan Francisco dos Santos** e **Pedro de Jesus Santos**. A seguir, procedeu-se o pedido de dispensa da leitura da *Ata da Sessão*. Dando continuidade, deu-se início ao *Grande Expediente*, no qual o senhor **Presidente** convidou a *Secretária Municipal de Controle Interno*, a senhora **Nelma Sueli Alves** que inicialmente conceituou o que é *Controle Interno*, destacou as principais atividades de sua pasta, que tem o objetivo de garantir que as informações sejam fidedignas, e assegurem o processo decisório, além de avaliar a execução dos instrumentos de planejamento dos programas de governo, comprovar a legalidade dos fatos, avaliar os resultados, apoiar o controle externo no exercício da missão institucional, segundo o artigo 74 da Constituição Federal. A Secretária **Nelma Sueli** disse ainda que, o *Controle Interno* tem que enviar relatório trimestral aos órgãos controladores. Contou que, logo que tomou posse do cargo dirigiu-se ao Tribunal de Contas do Estado, para buscar soluções para o pagamento dos salários atrasados dos servidores deixados pela gestão passada, como também realizou visita e capacitação nas demais *Secretarias*, com o objetivo de orientar os servidores sobre procedimento de *Controle Interno*, e ainda, realizou visita aos órgãos públicos de controle municipal, como departamento de merenda escolar, Secretaria de Saúde, Transporte e Educação. A oradora em seguida, informou que recomendou o *Prefeito* que fosse realizada a organização e atualização do almoxarifado e patrimônio, levantamento contábil dos meses de janeiro e fevereiro, englobando almoxarifado e patrimônio, além de celeridade na reativação do site da *Prefeitura*, e destacou que o TCE exigiu que a Prefeitura alcançasse 16 itens da Lei de Acesso a Informação - LAI, visto que nas avaliações anteriores obtiveram nota zero. Disse ainda, que foram feitos o cadastro dos usuários do Sistema de Prestação de Contas, que contemplará os módulos de execução orçamentária, financeira, patrimonial e contratos, folha de pagamento de pessoal, licitações, convênios e congêneres. Na oportunidade, a senhora **Nelma Sueli** contou que a gestão está preocupada em responder o questionário baseado nas ações 2016 do IEGM, de acordo com a cooperação técnica firmada com o Instituto Rui Barbosa e o Tribunal de Contas do Estado. Afirmou que orientou ao *Prefeito*, que os fundos que possuem separação de receita são o Fundo de Ação Social e Fundo de Saúde. E mais, disse que não compreende como estavam sendo as transferências de recursos para a Secretaria de Educação, haja vista que não existe de fato uma conta da Secretaria de Educação, por isso, as transferências foram cessadas, e ela tomou a iniciativa de buscar informações formais sobre como era feita a prestação de contas desse órgão no Tribunal, haja vista que, a receita era lançada em um CNPJ da Prefeitura e as despesas lançadas no CNPJ da Secretaria. E, concluiu dizendo que, o *Prefeito* atual escolheu bons profissionais para o município. A seguir, o senhor vereador **João Ramalho Barreto Conceição**, lamentou que infelizmente os cidadãos que cobram tanto ao *Poder Executivo e Legislativo*, não comparecerem aos eventos que são de interesse de toda sociedade. Pediu ainda, que a Secretária explicasse o que significa os CNPJ's que ela se referiu, haja vista que na gestão passada, segundo informações, a Secretaria de Educação gerenciava os recursos da educação. A Secretária Nelma comentou que, na gestão passada todos os recursos da educação eram creditados no CNPJ da Prefeitura e, depois eram transferidos para o CNPJ da Secretaria, onde todas as despesas eram lançadas, no entanto, o Tribunal não passou a informação para a Prefeitura, sobre como era feita a contabilidade, já que o CNPJ da Secretaria não tinha nenhuma receita, e não podia abrir contas, tudo era feito pela Prefeitura, e não pela Secretaria. Em seguida, a senhora vereadora **Josefa Délia Félix dos Reis** parabenizou a Secretária pelas explicações e destacou que, para ela a Secretaria de



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpv.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

Controle Interno é uma das mais importantes, mas sente-se muito feliz de ver uma mulher à frente deste órgão. Destacou que no momento não tem nenhuma cobrança a fazer, haja vista que não fez nenhuma visita ao órgão, mas pediu que ela continuasse orientando os outros Secretários, pois tem muita experiência para tal. Depois, o senhor vereador **Edson de Jesus Reis Santos** comentou que o país passa por crise política e financeira, e destacou que as despesas às vezes oscilam, mas as despesas normalmente continuam principalmente folha de pagamento entre outras, e nessa perspectiva indagou a oradora se existe algum planejamento que a Secretária de Controle Interno tenha realizado, caso as receitas do município diminuam. O edil indagou se, a questão do CNPJ referida por ela, implicará na gestão dos recursos atualmente? A senhora **Nelma Sueli** respondeu que, o *Controle Interno* orienta que os demais Secretários priorizem o pagamento dos funcionários, e que se mantenham atualizados quanto as suas receitas e reservas, e que os recursos que são direcionados para algo sejam realmente utilizados em sua finalidade, a exemplo dos recursos da educação, para compra de merenda, entre outros, assim os recursos próprios do município serão preservados. Explicou ainda, que a questão do CNPJ não implica na gestão atual, haja vista que todos os recursos da educação estão sendo geridos pela Prefeitura, e destacou que foi muito criticada pela sociedade, mas ela respondeu que não há nenhuma justificativa sobre a forma como eram administrados os recursos da educação. E mais, disse que quem é responsável por gerir os recursos da Educação é o Prefeito e o próprio gestor se houver fundo para tal, mas não é o caso de Poço Verde. No entanto, o Tribunal de Contas não deu qualquer resposta sobre o assunto, que foi oficiado em março. A seguir, o senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** falou que está muito satisfeito com a vinda dos Secretários a esta Casa, parabenizou a *Secretária*, que trouxe informações sucintas, mas ao mesmo tempo muito contundentes. E, em seguida, indagou a Secretária se a receita da educação é diretamente no fundo da Secretaria de Educação? E mais, se os recursos da Educação são administrados pelo Secretário de Educação e pelo Prefeito, quem responde por eles? A senhora Secretária **Nelma Sueli** explicou que, as receitas da Educação são creditadas no CNPJ da Prefeitura, e geridos pelo Prefeito e Secretário de Educação, mas não existe uma conta onde o Ministério da Educação possa creditar diretamente os valores correspondentes à pasta. Ela disse ainda que, em relação à lei que obriga a criação de um fundo para a Educação, destacou que não há obrigatoriedade para tal, como no caso da saúde e da assistência social, que são obrigatórios, mas se houvesse um fundo da Educação no município, o próprio Ministério da Educação abriria uma conta para a Secretaria Municipal de Educação e realizaria os depósitos diretamente. O senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** comentou ainda, que a Secretária está trazendo uma informação que, levará esta Casa, a atualizar a *Lei* que criou o Fundo da Educação. Por conseguinte, o senhor **Presidente** agradeceu a *Secretária de Controle Interno* pelo atendimento da Lei 623/2012, e por ter feito a explanação de forma brilhante. A seguir, o senhor **José Roberto Xavier de Sousa**, Secretário Municipal de Finanças falou sobre a questão da dubiedade dos CNPJ's que foi citada, é inquietante para os gestores do município, bem como dos técnicos do TCE, mas explicou a vontade de gerir os recursos da Educação nasceu na política sindical, dentro do quadro de professores, que indagou porque o Secretário de Educação não pode gerir os recursos da Educação? Destacou o orador que o FNDE ainda não possibilitou que o Secretário de Educação além de gestor da educação possa também ser ordenador de despesa. Ele disse ainda, que assim que o TCE se posicionar sobre o assunto, trará essa informação para a Câmara. Agradeceu ao Prefeito pela oportunidade e pela confiança que lhe foi imputada, em estar gerenciando uma *Secretaria* de tamanha importância, e está diuturnamente se empenhando para atender os anseios da população. Contou que, o princípio da continuidade da gestão é muito importante, porque a população precisa diariamente dos serviços que o município oferta, no entanto, do ponto de vista prático essas mudanças ainda não ocorrem a contento, por uma série de fatores, e por ventura poderão causar



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpv.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

prejuízos sociais a população, como exemplo atraso de uma obra ou outro serviço. Ele explicou a origem e o conceito de transição de governo, e da continuidade da gestão, e destacou que foi instituído um grupo de trabalho, nomeados pelo Prefeito em exercício e constituíram relatórios com as informações que foram disponibilizadas pela gestão passada, para que, a nova gestão se inteirasse dos problemas que o município enfrentava, e pudesse constituir o seu plano de trabalho, prestando seus serviços de forma que atenda os anseios da população. O orador explicou que, as verbas que o município recebe são calculadas de acordo com a quantidade de habitantes do município, mas como faz fronteira com outras cidades, Poço Verde atende muitas demandas externas. O titular da pasta de *Finanças* afirmou que no primeiro trimestre deste ano o FPM teve um aumento significativo, proveniente da repatriação de receitas do exterior e do aumento do percentual do fundo, no mês de dezembro. No entanto, contou que o Prefeito anterior havia deixado um montante muito expressivo de restos a pagar, que totalizava R\$ 2,492 milhões de reais somente do exercício 2016, e somando os demais anos, totaliza mais de R\$ 5 milhões de restos a pagar. Outro problema encontrado pela gestão foram os salários dos servidores, que estavam atrasados, e as despesas não tinham sido empenhadas, apesar de haver aproximadamente R\$ 2,11 milhões de reais nas contas e fundos municipais. O orador destacou que após consultar o TCE e verificar se os recursos que estavam nas contas do município podiam ser utilizados para o pagamento de servidores, foi feito o pagamento de 80% dos salários em atraso, e o restante foi parcelado em cinco parcelas que custam aproximadamente R\$ 50 mil reais ao município, e estão sendo pagas com recursos próprios. Falou também sobre o processo que, bloqueou as contas, do município em 2016 por intermédio de uma ação judicial, movida por alguns servidores comissionados e contratados que ficaram sem receber, e comentou que para resolver este assunto, foi necessário fazer o chamamento destes servidores, para saber qual o montante que não havia sido pago, e depois de analisar a documentação dessas pessoas, o município vai convocá-las para reconhecer o que está devidamente empenhado, e o que está classificado em contas a pagar, para que este processo seja totalmente finalizado. Enfatizou que, muitos serviços municipais estavam sem funcionar, e a nova gestão teve o grande desafio, logo nos primeiros dias, de encontrar soluções para assegurar esses serviços à população, como a reposição das aulas, reabertura da clínica de saúde da família, com isso houve despesas extraordinárias, que o município não estava preparado para pagar. O senhor **Roberto Xavier** comentou ainda, sobre as despesas debitadas nas contas da prefeitura, sem o conhecimento da gestão municipal, e tomaram as devidas providências para manter os serviços funcionando. Falou ainda, que foram levantadas todas as informações sobre os débitos com as empresas prestadoras de serviços essenciais, como água e energia, e destacou que o município deve quase R\$ 1 milhão de reais a DESO, e a Energisa R\$ 50 mil reais, mas as providências foram tomadas para negociar o pagamento dessas despesas. Na oportunidade, falou sobre o problema com o INSS, e enfatizou que o município tem uma dívida milionária com o órgão, e mesmo que seja parcelado o montante a ser pago impactará as despesas do município, que terá de pagar os valores correspondentes aos atrasados e ao valor do presente. O orador comentou que, boa parte dos recursos encontrados nas contas da *Prefeitura* eram provenientes de programas, e têm destinação específica, e não poderiam ser utilizados para custeio de outras despesas. Continuando, ele explicou que foi elaborado um relatório, que foi apresentado ao Tribunal de Contas, para justificar as despesas com merenda e transporte escolar, greve entre outras que foram pagas com recursos próprios. Disse ainda, que não há um plano de contenção de despesas, caso o repasse de verbas caia, mas ressaltou que é uma prioridade da gestão manter os salários dos servidores em dia. Disse ainda que, os repasses do município para a saúde e educação no ano passado, não cumpriram os limites constitucionais e isso implicou em sanções para a nova gestão, e debitou da receita do FPM, um montante de R\$ 572 mil reais e direcionou para o Fundo Municipal de Saúde. Na oportunidade, falou sobre o Garantia Safra e do aporte de R\$ 27 mil reais,



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpv.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

que o município teve que arcar, para que os agricultores tivessem acesso ao benefício. O orador falou também sobre o aumento no repasse do duodécimo para a Câmara. Destacou ainda, que no repasse para a saúde, o município arca com despesas muito altas com a contratação de médicos plantonistas, além das despesas com os servidores de carreira, os plantões de enfermagem, contudo as verbas federais não acompanham o crescimento da folha de pagamento, nem das despesas com aquisição de medicamentos entre outras. Disse ainda que, não havia nenhum carro da saúde funcionando, bem como os veículos da educação estavam com documentação irregular, mas já foram tomadas as devidas providências, como também já foram repatriados os veículos que estavam em outras cidades. Falou também sobre os recursos para a construção de duas quadras, e das UBS do Povoado Saco do Camisa e Tabuleirinho que estão em caixa, mas não podem ser utilizados, por questões judiciais. Na oportunidade, comentou sobre as pendências da Prefeitura, junto ao CADIN e comentou que o senhor vereador **João Ramalho** foi à Brasília para buscar soluções para os problemas com a praça da juventude e as casas beneficiadoras de mel, bem como os convênios de saúde de 2005 e 2013, e enfatizou que o Ministério da Saúde solicita que o município devolva aproximadamente 300 mil reais, provenientes deste convênio, já que não aceitou a prestação de contas. Por fim, falou sobre as indenizações de precatórios, e destacou que em janeiro houve um sequestro de 139 mil reais de um parcelamento de 2016. O Prefeito por sua vez, tomou as providências, e se dirigiu ao Tribunal de Justiça, para parcelar os 528 mil reais de precatórios, previstos para este ano. Segundo o Secretário, as instituições financeiras que fizeram empréstimos consignados, e que não tiveram os valores repassados interpelaram judicialmente o município, para que pagasse esses montantes. Na oportunidade, falou sobre o reajuste salarial dos servidores, que foi feito e que impactam o aumento anualmente do comprometimento dos recursos próprios para pagar as folhas de pagamento. Por fim, falou sobre a atualização do código tributário do município, através do recadastramento imobiliário. Depois, a senhora vereadora **Josefa Délia** comentou que, o Secretário foi muito abrangente, mas indagou se os recursos que vem para o município são suficientes para gerenciá-lo? O Governo Federal prestigiou os municípios em relação ao parcelamento das dívidas com INSS, o que vai desafogar as despesas municipais, e com esta economia, não teria como os recursos serem direcionados à saúde, para que os cidadãos possam fazer exames laboratoriais na cidade e para a reabertura da casa de apoio em Aracaju? O Secretário por sua vez, contou que os recursos que o município recebe, se gerenciados com planejamento e cuidado, conseguem atender boa parte das obrigações do município, porém as inconsistências no repasse podem comprometer algum serviço que demande maiores investimentos. Por outro lado, ele contou que é um desejo e uma determinação do Prefeito manter o Portal da Transparência atualizado, e todas as providências em relação a isto estão sendo adotadas. Já em relação ao parcelamento do INSS, ele destacou que não vê como bom, porque o município terá o desafio de arcar com a despesa para honrar o parcelamento, mas do ponto de vista da obtenção da certidão é um benefício muito positivo. Por outro lado, em relação aos exames laboratoriais, informou que o município recebe R\$ 14 mil reais do MAC para a realização de exames, e já tomaram medidas específicas, para a elaboração do certame licitatório, cumprindo os prazos que reza a lei. Falou também sobre as conquistas que o município conseguiu até agora na área da saúde, dando qualidade de trabalho aos profissionais do NASF, a equipe de odontologia, médicos e enfermeiros, com materiais e equipamentos que foram adquiridos pela administração. Sobre a casa de apoio, o orador explicou que é um serviço complementar, para acolher os pacientes, mas não existe nenhum programa que possa transferir recursos para que seja mantido este serviço, no entanto, a gestão tem buscado outras soluções para suprir a ausência desse espaço, com um veículo que retorna mais cedo, com os pacientes, que já foram atendidos, mas no momento oportuno irá reativar a casa de apoio. O Secretário disse que, o município tem iniciado o processo de implementação de cobrança



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpv.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

de tributos aos feirantes através de Documento de Arrecadação Municipal DAM, atendendo a **Indicação 019/2017**, de autoria do senhor vereador **José Alessandro**. A seguir, o senhor vereador **Edson de Jesus Reis Santos** disse que muitas das ações judiciais contra o município são provenientes de processos de servidores que não recebem insalubridade, e indagou ao secretário quando o município começará a pagar esse benefício aos servidores que tem este direito, e se tem condições financeiras para pagar? Ele também indagou se o município tem dinheiro para pagar a regência de classe, dos professores, e quando irá pagar esse direito? O Secretário por sua vez, explicou que a questão da insalubridade foi uma negação de direito, e o município encontra-se em fase de execução judicial, mas já estão sendo feitos os estudos de impacto na folha de pagamento dos servidores da saúde, o que traz apreensão para o Secretário, haja vista que os recursos federais são insuficientes para manter os salários dos servidores em dia, além disso, contou que os servidores também requerem indenização pelo tempo que deixaram de receber o direito, que recairá em precatórios. Ele disse ainda, que no futuro pode-se chegar ao ponto do município não conseguir pagar essas indenizações, mas a gestão preconiza o diálogo, e se isso ocorrer, se reunirá com os servidores para buscar uma solução. Segundo o Secretário, a questão da regência de classe, é uma pauta das entidades sindicais, já que a LDB apesar de trazer esse assunto, não obriga os municípios a pagá-la. Destacou que após a implementação do Piso Nacional, alguns municípios fizeram seus estudos, e perceberam que não podiam pagar as vantagens que os servidores estavam acostumados a receber. Ele comentou que, o município de Poço Verde está utilizando 100% dos recursos do FUNDEB, com o pagamento de professores, e não tem condições financeiras de pagar os 5% da regência de classe, o que representa R\$ 25 mil reais a mais na folha. Continuando, o senhor vereador **Didiú** indagou ao Secretário, se o município tem condições de implantar um laboratório no município? E se o município já chegou ao limite de gastos com o pagamento de servidores, e se há possibilidade de contratar ou fazer concurso público? O senhor **Roberto Xavier** em seguida, comentou que, atualmente, o município não tem condições financeiras de implantar um laboratório, mas possui convênio com outras cidades que recebem os recursos para atender a população de Poço Verde. Por outro lado, comentou que o município vive uma situação dicotômica, pois precisa cumprir a lei que foi aprovada nesta Casa, mas também não pode ultrapassar os limites fiscais, além disso, há outra preocupação com a queda no número de alunos, que acarretará na diminuição de repasse. Depois, o senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** comentou que, se sente muito lisonjeado de receber os Secretários Municipais, o que demonstra que os Poderes *Legislativo e Executivo* são independentes entre si, e se respeitam mutuamente. Parabenizou o orador, pela sua explanação, e indagou se os recursos que foram recebidos pelo município até agora foram suficientes para manter os serviços públicos funcionando? Desses recursos foi utilizado algum montante para cumprir obrigações de outras gestões? O secretário comentou que, houve o aumento das receitas do município, mas infelizmente houveram despesas de outras administrações que, o município vem pagando, a exemplo do parcelamento dos salários de dezembro dos servidores. Comentou que, as receitas do município são baseadas nos cálculos do Tesouro Nacional, e são suficientes, para suprir a maioria das necessidades do município, mas algumas situações atípicas podem oscilar aumento de despesas, como exemplo determinações judiciais. Na oportunidade, o senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** comentou que de acordo com as colocações do Secretário, as finanças da saúde estão saudáveis, haja vista que foi direcionada uma verba devida para o fundo, proveniente do exercício anterior, e indagou se este ano, o município está cumprindo o repasse dos 15% do FPM para o Fundo Municipal de Saúde, e se este repasse está sendo suficiente para manter os serviços de saúde funcionando a contento? Em resposta, o Secretário explicou que, mesmo com o redirecionamento dos recursos, os diversos problemas deixados pela gestão passada, implicaram na recondução desses recursos, para a resolução de problemas de forma emergencial como a retirada de lixo hospitalar,



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpv.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

contratação de ambulância, adquirir equipamentos e medicamentos, entre outros problemas. Continuando, o senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** afirmou que o município tem recebido muitas receitas para a saúde, que já demonstrou melhorias no atendimento, de acordo com os dados apresentados pelos profissionais de saúde. O orador comentou que as finanças da saúde não são tão saudáveis, haja vista que o município teve que reestruturar todo o atendimento de saúde, e também para pagar as folhas dos profissionais de saúde e as demais obrigações, o município precisa complementar com recursos próprios. O senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** falou também sobre as proposições que, apresentou na legislatura passada e nesta, solicitando o calçamento de ruas dos Povoados São José e Tabuleirinho, e indagou se a emenda para a concretização desses calçamentos já está garantida? Indagou também quais os valores que foram gastos para consertar os veículos do município? O Secretário falou que a emenda ainda não foi creditada nas contas do município, mas essas obras já foram empenhadas e os projetos arquitetônicos estão em fase de conclusão, para ser entregues a Caixa Econômica. Em seguida, o senhor vereador **Rivan Francisco dos Santos** disse que, as três Secretarias que compareceram a esta Casa estão ligadas. Ele falou também sobre a insalubridade e a regência de classe, e aludiu a uma correspondência do TCE, que foi encaminhada no mês de dezembro alertando o município quanto ao excesso de 6,99 em relação ao teto máximo da folha de pagamento, segundo a LRF. Refletiu que, o servidor público merece ser valorizado, mas também deve compreender as dificuldades e desafios que o município enfrenta neste sentido. Depois, o senhor vereador **João Ramalho Barreto Conceição** comentou que, os *Secretários* que se fizeram presentes naquela *Sessão* são oriundos de outras gestões, e mesmo com as críticas sobre o número de Secretarias, todos estão contribuindo com o crescimento e desenvolvimento do município. Ele aludiu a um comentário do colega vereador **Pedro** que em uma das *Sessões*, o acusava de tentar sacrificar mais ainda a população, querendo cobrar IPTU de imóveis residenciais rurais. E refletiu que, o vereador deve se preocupar com as receitas e despesas do município haja vista que, a primeira é estimada e a segunda fixa. O edil comentou ainda, sobre a importância de se fazer a reformulação da Lei Orgânica do município, adequando a realidade atual, haja vista que está desatualizada. O senhor vereador **João Ramalho** contou que, para que os serviços públicos sejam ofertados a contento é necessário haver arrecadação de receitas. Na oportunidade, comentou que no período de greve de professores entre os meses de agosto a outubro, houveram várias despesas contabilizadas referentes ao transporte e merenda escolar, manutenção de ônibus, que efetivamente não aconteceram. E pediu que, o Secretário esclarecesse este assunto. Continuando, o senhor **Roberto Xavier** destacou que, as Secretarias sempre existiram no município, tanto é que, os Secretários processaram o município para realizar o pagamento dos salários devidos. Por outro lado, comentou que o município tem um déficit de mais de R\$, 1,64 milhões de reais para receber de IPTU, correspondente ao período de 2012 a 2016, e falou sobre a importância da atualização do código tributário do município, classificando os imóveis e seus proprietários, de acordo com a faixa correspondente a sua renda, dando os descontos que a lei prevê, além de conscientizá-las sobre as dívidas que elas possuem para que o município arrecade, e transforme os recursos em bons serviços prestados. Ele contou ainda, que apesar de não terem ocorrido aulas, os recursos correspondentes ao transporte escolar estava suspenso, os da merenda escolar e manutenção de frota foram contabilizados, mas não estavam nas contas. Continuando, o senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** contou que a preocupação com o número de *Secretários* refere-se ao princípio da economicidade do município e não a meritocracia ou capacidade dos secretários. Por outro lado, o senhor vereador **João Ramalho** refletiu que essa preocupação do colega é questionável, pois recentemente aprovou projeto de lei que aumenta 100% a gratificação dos servidores comissionados da Câmara. E mais contou que futuramente o município terá prejuízos em relação a contratação de *Secretários* capacitados, pois o salário destes profissionais está



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpv.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

desatualizado desde 2009. Depois, o senhor **Presidente** franqueou a palavra ao público, e o senhor Júnior indagou se a *Secretaria* teria como fazer o cálculo da média salarial dos servidores, em relação a sua produtividade? Se possui dados sobre a taxa de desemprego do município? Quais as medidas estão sendo adotadas, para a redução da mesma? Indagou ainda, se o *Poder Executivo* está buscando a implantação de indústrias no município, e se é viável isentar impostos dessas empresas? Depois, o Secretário destacou que, não é possível o município manter uma média salarial para os servidores, haja vista que, algumas profissões possuem pisos específicos, no entanto, os servidores municipais recebem um salário muito bom, em decorrência do plano de carreiras, que o município possui. Já em relação ao índice de desemprego, ele respondeu que o município não dispõe de um núcleo que trate estas informações, na Secretaria Municipal de Assistência, mas o Prefeito Municipal esteve em Brasília para tratar da implantação do Núcleo de Apoio ao Trabalhador- NAT no município, que consolidará as informações e encaminhará os trabalhadores ao mercado de trabalho. No entanto, o município pode contribuir para diminuir o nível de desemprego, pagando o servidor em dia, fazendo a economia girar e o setor de comércio e serviços. Ele disse ainda, que o município está aberto a parcerias comerciais, inclusive tem contatado a JUCESE, para facilitar a formalização de empresas e empreendedores individuais. Por fim, ele agradeceu a oportunidade que a Câmara de vereadores possibilitou, aos munícipes presentes, aos servidores da Câmara e ao Prefeito Municipal pela presença nesta *Sessão*. Em seguida, o senhor **Presidente** agradeceu ao Secretário pela vinda à Câmara, ao mesmo tempo que o parabenizou pela belíssima explanação. Em seguida, o senhor Everaldo Iggor Oliveira Prefeito Municipal cumprimentou aos presentes, e contou que, acompanhou a *Sessão* da última terça através da transmissão ao vivo, salientou que, ficou muito satisfeito com as colocações dos Secretários e com a oportunidade que a *Casa Legislativa* concede ao *Poder Executivo* de estar aproximando cada vez mais, a gestão municipal da Câmara e da comunidade. Ele disse ainda, que das treze Secretarias existentes no município, apenas onze recebem recursos. Na ocasião, contou que apesar do ex-prefeito afirmar, que o município tinha apenas cinco Secretarias, logo que iniciou a sua gestão descobriu que na verdade Poço Verde tinha onze Secretarias, e afirmou que é um compromisso da gestão atual ser muito transparente, e seus Secretários estão trabalhando, para tornar o governo cada vez mais eficiente do ponto de vista do Portal da Transparência, para que toda a população acompanhe diariamente as receitas e despesas do município. O prefeito apelou para os vereadores, para que analisassem e votassem a LDO, e falou sobre uma emenda solicitando a diminuição do percentual de remanejamento da Lei Orçamentária de 80% para 10%. Afirmou que, o município tem recebido diversas emendas de parlamentares, e ele teme que essa diminuição no remanejamento possa comprometer a execução e concretização dos serviços públicos, bem como o recebimento dessas emendas, e citou casos que ocorreram em outros municípios. Ele afirmou que está pronto e à disposição dos vereadores para discutir os avanços para o município de Poço Verde, e por fim, agradeceu a oportunidade, e destacou que comparecerá à próxima *Sessão*. A seguir, o senhor **Bruno Leonardo de Oliveira Ribeiro**, Secretário Municipal de Administração saudou a todos e apresentou o quadro de servidores e assessores da Secretaria. Ele falou sobre as reivindicações dos garis, em relação à insalubridade, e destacou que o representante do SINDSERV solicitou que, o município fizesse um cálculo global, incluindo todos os servidores que exercem atividades insalubres no município. O Secretário sugeriu que fosse feito um acordo coletivo, com todas as categorias, deixando de lado o grau de insalubridade, e estabelecendo um percentual razoável, que o município conseguisse arcar. Falou também sobre a demanda de servidores municipais solicitando reabilitação de funções, alegando não terem condições de saúde, para desempenhar a função para a qual foi concursado. O município por sua vez, em parceria com o CEREST, encaminhou os servidores para passarem por uma junta médica, para avaliar se realmente eles podem ou não desempenhar suas funções. Disse ainda, que a



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpv.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

operacionalização da folha de pagamento da educação é feita na sede da Prefeitura, com a supervisão do Secretário Municipal de Educação. Por outro lado, comentou que o setor de almoxarifado encaminha os pedidos de material para o setor de compras da administração onde é avaliada a despesa e feita a compra do material. O Secretário contou que, logo no início houve problemas para aquisição de produtos, haja vista que os comerciantes locais não tinham interesse em vender para o Poder Executivo, temendo não receber, porque ocorreu na gestão anterior. Na oportunidade, falou sobre a merenda escolar, e destacou que o fornecedor é quem tem a obrigação de levar a merenda nos colégios. Ele disse ainda, que a gestão passada não passou o banco de dados com o patrimônio do município, e imediatamente foi montada uma equipe, que fez um levantamento fotográfico e elaborou um relatório que foi entregue na Câmara, e em diversos órgãos do município. Mostrou ainda, o modelo de requisição de material e explicou todos os campos, que ele contém. Por outro lado, falou sobre o departamento de transportes e da metodologia utilizada para a liberação de veículos e escala de motoristas, bem como o controle de consumo e liberação de combustível aquisição de peças e manutenção de veículos. O Secretário falou também sobre a *Indicação* do Presidente desta Casa, em relação à sinalização horizontal das ruas, e explicou que o responsável pelo DMTT sugeriu uma alternativa mais barata para atender essa demanda, utilizando tinta para piso, mas após algumas tentativas percebeu-se que a durabilidade não é adequada, e decidiu suspender essa atividade, e o DMTT já elaborou um projeto para a sinalização de todo o centro, e a Secretaria está realizando os orçamentos, e editais de licitação para concretizar esse processo. Na ocasião, o Secretário destacou que recebeu representantes da ACADEPOL, para tratar sobre o Projeto de implantação do monitoramento através de câmeras no centro comercial e nas principais vias de acesso. A seguir, o senhor *Divangel Matos dos Santos*, responsável pelo Departamento de Recursos Humanos comentou que, a primeira ação do setor foi o cadastramento dos servidores municipais, com o objetivo de atualizar os dados cadastrais, identificar lotação de servidores e redistribuí-los, extinção de cargos, com a finalidade excepcional de redistribuí-los em outras funções de mesmo nível de qualificação e sem perdas salariais, sem prejuízo para o servidor, e neste sentido, comentou que já se encontra nesta *Casa* o projeto de lei com esta finalidade. Falou também que, existem servidores sob desvio de função que alegam não poderem desempenhar sua atividade por questões de saúde, mas estão dispostos a desempenhar outra função honrando seu trabalho e salário. Ele falou sobre as ações tomadas pela Secretaria, após a identificação dos problemas, como a reorganização do quadro funcional, onde identificou-se a existência de 800 servidores municipais, sendo 589 servidores efetivos, 99 servidores comissionados, 81 servidores contratados, 8 servidores eletivos e 23 servidores inativos. Outra medida foi a aposentadoria compulsória e por tempo de contribuição e serviço, encaminhamento de servidores para auxílio doença do INSS, o orador pediu apoio dos pares para a difusão deste direito, junto aos servidores, haja vista que muitos servidores não se dirigem ao INSS, por não ter o conhecimento de seus direitos, e acaba perdendo muito com isso. Ele falou ainda, que o governo municipal implantou o ponto eletrônico, para auxiliar nas atividades e no controle do setor de Recursos Humanos, e que está em fase de testes. Falou ainda, que as folhas de pagamento estão sendo disponibilizadas no Portal da Transparência na íntegra. Disse ainda, que o município está pagando 70% do 13º salário dos servidores no mês correspondente ao seu aniversário, e isso resultará no fechamento de folhas mais folgado no fim do ano. Além disso, informou que o município irá pagar a indenização das férias dos servidores no início delas. Na oportunidade, o orador fez o comparativo dos cargos e salários dos servidores municipais, e refletiu que o número de cargos comissionados e servidores contratados deste ano é bem menor que o correspondente ao mesmo período do ano passado. Por outro lado, falou sobre o reajuste salarial dos servidores, em relação ao impacto do percentual concedido na folha de pagamento, que praticamente dobra em



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpv.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

relação aos benefícios e direitos adquiridos dos servidores. O senhor *Divangel* afirmou que, o município gasta R\$ 2,628 milhões de reais, com folha de pagamento mensalmente, sendo que a maior parte corresponde a folha de pagamento da educação, seguida pela pasta da saúde, prefeitura e assistência social, respectivamente. A seguir, o senhor *Everton Viana Meneses* responsável pelo setor de contratos e licitações elencou todos os certames licitatórios realizados pelo *Poder Executivo* até o momento, e os que ainda estão em andamento. Ele demonstrou os locais onde são publicados todos os avisos das licitações, no Diário do município, no portal do Tribunal de Contas, jornais de grande circulação e Portal da Prefeitura, neste último, além dos avisos, são publicados os editais, extratos, homologações e atas dos certames, dando maior publicidade e transparência possível para os cidadãos. Por conseguinte, o senhor vereador *Edson de Jesus* destacou que recentemente apresentou uma *Indicação* solicitando a construção de quebra-molas e sinalização horizontal nas proximidades da igreja evangélica, e indagou ao Secretário de administração se essa solicitação chegou até ele, e se o município está preocupado com o público evangélico. O orador indagou também sobre o patrimônio público do município, e se já foi feito algum levantamento desses bens móveis e imóveis do município? O Secretário por sua vez respondeu que, a solicitação chegou à Secretaria e, foi redirecionada para o Departamento de Trânsito, que avalia a solicitação e, a Secretaria está aguardando o parecer do DMTT, para executar essas ações, que são de interesse do município. Em seguida, o Secretário respondeu que, foi feito um levantamento dos bens móveis, através de registros fotográficos, para subsidiar a transição de governo, como também a gestão buscou informações junto à empresa que opera o sistema de controle, mas até agora nenhum registro foi encontrado, no entanto, o município tem uma equipe que está fazendo o levantamento de todo o patrimônio, para lançar no sistema. Continuando, o senhor *Edson* indagou ao responsável pelos Recursos Humanos, se o município tem algum plano de ação para conscientizar os servidores que já têm o direito de se aposentar, a se aposentarem compulsoriamente? Ele falou sobre o ponto eletrônico, e das dificuldades dos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias que, precisam se deslocar até o hospital para bater o ponto, para depois fazer o seu trabalho e depois retornar para registrar o ponto novamente, e indagou como será tratada esta questão, haja vista que alguns profissionais moram em povoados, ate mesmo em outras cidades? Ele indagou ainda, como será tratada a questão do registro de ponto dos médicos que, geralmente chegam atrasados na unidade de saúde, em relação aos demais profissionais? Na oportunidade, ele indagou como está sendo tratada pela administração, as horas extras acumuladas pelos motoristas plantonistas do hospital? E mais, indagou se dentre os cargos comissionados existe ainda disponibilidade de vagas para a contratação de servidores para o município? O Diretor de Departamento, senhor *Divangel Matos*, em seguida, afirmou que o município possui 39 servidores que, já tem idade para se aposentar, bem como tempo de contribuição, mas não têm idade suficiente para se aposentar compulsoriamente, e boa parte deles são professores, que ainda não se aposentaram por conta das grandes perdas salariais que terão, de acordo com os cálculos do INSS, mas essa possibilidade está sendo estudada pela administração, que vai conversar e orientar os servidores neste sentido. Ele comentou que, foram adquiridos apenas três aparelhos de registro de ponto, que estão em fase de testes, e atendendo apenas os funcionários lotados no local de sua instalação, e destacou que os agentes de endemias, agentes comunitário de saúde e garis, professores e outros profissionais não estão registrando ponto eletrônico. Não obstante, ele comentou sobre a questão dos motoristas plantonistas, quem está fazendo o controle e escalonamento é a Secretaria de Saúde, mas até o momento nenhum servidor reclamou sobre o banco de horas, mas segundo ele não é uma situação difícil de ser resolvida, basta haver diálogo dentro do próprio órgão. Por outro lado, comentou que, o município possui 65 vagas para cargos comissionados que ainda não foram preenchidas. Na oportunidade, o senhor vereador *Edson de Jesus Santos* indagou ao senhor *Everton*, se o portal do



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpv.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

município está atualizado em relação aos editais de licitações, e por quanto tempo estes documentos permanecem no site? Everton comentou que, todos os avisos, editais, contratos, homologações, extratos e atas estão sendo publicados no Diário do Município, no Portal do Município, como também no SAGRIS, que é uma exigência do Tribunal de Contas do Estado, em jornais de grande circulação e, em se tratando de verbas federais no Diário Oficial da União, assim que a sessão ou o processo é encerrado. Por fim, o senhor vereador **Edson** parabenizou o senhor **Divangel** e **Everton** pela explanação, e destacou que eles são pessoas capacitadas, muito comprometidos com o seu trabalho, e o município está em boas mãos. Depois, o senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** comentou que, os vereadores da *bancada de oposição* apresentaram *Requerimentos* a Secretaria Municipal de Administração solicitando a relação de servidores comissionados, contratados efetivos, e seus respectivos salários, e como este assunto foi muito bem abordado naquela *Sessão*, pediu celeridade no encaminhamento destes documentos, para que os vereadores possam dar andamento nos seus trabalhos, e que não seja necessária a interpelação judicial para tal. Ele destacou que, a maior parte das perguntas que tinha a fazer foram respondidas, através dos gráficos e da explanação que foi feita pelos técnicos da Secretaria. Por fim, o orador parabenizou todos os representantes da Secretaria de Administração e agradeceu as pessoas que continuaram na *Sessão* e comentou, que alguns colegas se ausentaram da *Sessão*, mas ele e outros colegas continuaram apesar de ter uma viagem marcada para às 5h. A seguir, o Secretário **Bruno Leonardo** agradeceu pelas palavras proferidas, pelo orador anterior e destacou que, está sendo uma grande oportunidade de aprendizado para ele, estar a frente da Secretaria de Administração, já que sua formação profissional é advocacia. Ele comentou que, sempre que chega algum documento da Câmara na Secretaria, a gestão tenta buscar responder com a máxima brevidade, no entanto, no caso do *Requerimento*, ele contou que a prioridade foi colocar todas as informações solicitadas no Portal da Transparência, para que não apenas os vereadores, mas toda a população tivesse acesso a estes dados. Ele falou também sobre a *Indicação* encaminhada pelo senhor vereador **Pedro**, solicitando a implantação de um posto dos correios, no Distrito São José, e destacou que já encaminhou ofício ao órgão, e apesar de ter recebido a visita de um representante da empresa, não obteve uma resposta sobre o assunto, haja vista que segundo ele, a empresa passa por uma reformulação administrativa, e não se posicionou sobre o tema. Depois, o senhor vereador **João Ramalho Barreto Conceição** comentou que no caso do ponto eletrônico, gerou uma reação, que muitas vezes partem dos servidores que querem manter os vícios, e exemplificou com alguns casos que ocorreram em diversos órgãos, e que os servidores fizeram muito alarde, mas com o tempo se habituaram com a mudança. Ele contou que, alguns servidores que tinham vários vínculos empregatícios assinavam o livro de ponto quando chegavam à Prefeitura, e depois saíam para trabalhar em outros lugares. Ele disse que o ponto eletrônico é uma forma de disciplinar o servidor, e que não cumprem suas obrigações, mas não vai fazer diferença, para os que cumprem. Ele comentou que, também já registrou ponto eletrônico, na empresa que trabalhou e não sentia qualquer dificuldade neste sentido. O edil falou que sobre o princípio da eficiência no serviço público depende de planejamento e coordenação das ações, mas as pessoas têm confundido com algo que seja instantâneo. Ele indagou ao senhor **Divangel**, como o município tem agido em relação aos servidores que possuem mais de um vínculo no serviço público, e não se enquadram nas profissões de professor ou médico? O senhor **Divangel** destacou que, quando foi realizado o recadastramento dos servidores, o DRH ficou atento a estes casos, mas para que seja aberto um processo administrativo contra um servidor é necessário que haja documentos comprobatórios, para materializar o duplo vínculo desses servidores, e o município não possui documentação que embase tal processo, mas o jurídico está tomando as providências estão sendo tomadas neste sentido. Por fim, o senhor **Bruno Leonardo**, destacou que a gestão atual está reconhecendo e aproveitando o



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpv.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

potencial de conhecimento dos servidores do município, que participaram da gestão anterior, e mantendo-os nos cargos da administração dentro do princípio da continuidade a gestão. Ele agradeceu a oportunidade de estar nesta *Casa*, e se colocou à disposição para qualquer esclarecimento que seja necessário. Por fim, o senhor **Presidente** parabenizou o Secretário de Administração, e comentou que a ideia do ponto é muito interessante e positiva, para moralizar a gestão pública. E, por não haver outros oradores inscritos para se manifestar no *Grande Expediente* ou matérias para serem discutidas ou votadas na *Ordem do Dia*, deu-se início às *Considerações Finais*. Nas *Considerações Finais*, o senhor vereador **João Ramalho Barreto Conceição** destacou que se sente feliz, de estar participando da *Sessão* mais longa da história de Poço Verde, e ainda de poder contar com a presença dos munícipes que continuaram participando deste momento. Ele destacou que vai para a sua casa satisfeito, pois está no seu quarto mandato, e tem a consciência de que desempenhou o seu papel de vereador de oposição de forma satisfatória, com muita garra, apesar de terem sido momentos difíceis, e onde os embates eram muito ferrenhos, mas durante todo este tempo nunca precisou pedir nada ao Prefeito. Ele contou ainda, que o próprio servidor deu seu testemunho naquela noite, dizendo que nessa gestão nunca lhe pediram que deixasse de falar com qualquer pessoa, seja ela de qualquer partido. O edil disse ainda, que passou doze anos pedindo que momentos como este acontecessem, mas raramente ocorreram, e nenhum Secretário dessa gestão deu qualquer desculpa para não comparecer a esta *Casa*, pois todos que foram escolhidos são capazes e preparados para ocupar os cargos em que estão, o que tem sido evidenciados neste *Poder*, e certamente farão o melhor para o Município. Em seguida, o senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** comentou que o *Poder Legislativo* tem demonstrado responsabilidade e compromisso com a população, e os Secretários que se apresentaram tem feito um trabalho brilhante apresentando as suas pastas, mas os vereadores também estão cumprindo o seu papel, fazendo seus questionamentos e suas ponderações de acordo com o que foi apresentado, bem como de acordo com os anseios da população. Ele disse ainda, que o *Poder Legislativo* é imprescindível para o desenvolvimento do município, haja vista que para que qualquer ação seja realizada na cidade, é necessária a aprovação da *Câmara de Vereadores*. Na oportunidade, reafirmou que a *bancada de oposição* está sendo proativa no sentido de apresentar suas demandas, fazer suas visitas, mas algumas vezes tem sido hostilizada, por alguns funcionários que não compreendem o que eles estão fazendo. O edil disse ainda, que apesar dos debates acirrados entre os vereadores dessa *Casa*, se restringem ao plenário, e contou que é muito responsável, e além de representar a sua família, também representa a sua comunidade, e é tido como referência, pois é professor e vereador. E, por não haver outros edis para se manifestar nas *Considerações Finais*, o senhor **Presidente** declarou por encerrada a *Sessão*, ficando todos convocados para no dia vinte e sete de junho de dois mil de dezessete, às dezenove horas, realizarem a próxima *Sessão Ordinária*, e para constar eu, vereador **Edson de Jesus Reis Santos**, lavrei a presente Ata e abaixo subscrevo.

Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde, em vinte e dois de junho de 2017.

Alexandre Almeida Dias/PSDC
Presidente

José Raimundo de Jesus Souza/PSB
Vice-Presidente

Edson de Jesus Reis Santos/PSB
Primeiro Secretário

Jaci Silvino de Sousa/PSC
Vereador

João Ramalho Barreto Conceição
Vereador/DEM

Josefa Délia Félix dos Reis/PP
Vereadora

Pedro de Jesus Santos/PDT
Vereador

Rivan Francisco dos Santos
Vereador/PROS